

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLAVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Dívida ^{alternativa} sem Fim

Desde a eclosão da crise da dívida externa que nos alcançou em fins de 1982, o Brasil já pagou cerca de US\$ 58 bilhões de juros. No mesmo período, o saldo da dívida brasileira passou de pouco mais de US\$ 80 bilhões para cerca de US\$ 115 bilhões. Descontando-se a aventura da moratória de 1987, o Brasil vem cumprindo religiosamente seus compromissos.

Nesses seis anos, a Nação tem feito um tremendo esforço para gerar elevados superávits comerciais e honrar os juros devidos aos credores. Não raro, adotou-se a estratégia de compressão na renda interna para gerar excedentes exportáveis. O sacrifício começa a dar resultados. Graças em boa parte ao dinamismo das exportações, os credores não podem se queixar do Brasil.

Que devedor de igual porte pagou tanto em juros, assegurando bons resultados aos bancos credores? A crise interna do sistema bancário americano está aí mesmo para mostrar como são raros os bons devedores no mercado internacional.

Mesmo com seu extraordinário potencial para gerar superávits comerciais, no entanto, o Brasil não pode ser condenado a se tornar refém da sua dívida junto ao sistema financeiro internacional. A dívida externa brasileira não foi um processo irresponsável, como ocorreu em alguns países em desenvolvimento, em que se desviavam para contas numeradas no exterior recursos tomados sob a forma de créditos internacionais para projetos de desenvolvimento. Não que isso não tenha ocorrido em nosso país. Mas o essencial foi aplicado em grandes projetos produtivos. Tanto isso é verdade, que o Brasil passou a ser um respeitável concorrente comercial para os países-sede dos bancos credores, com a aplicação dos recursos no processo de financiamento de infra-estrutura e modernização de seu parque industrial.

Para a crise da dívida externa, no caso do Brasil, conjugaram-se basicamente dois fatos externos dramáticos no final da década de 70: o segundo choque do petróleo e a explosão das taxas de juros. O descompasso entre as políticas fiscal e monetária dos Estados Unidos levou o Federal Reserve a praticar um rigoroso aperto monetário para conter as pressões inflacionárias. Os juros chegaram a 20% no ano (estão atualmente na faixa de 9%). Tal política trouxe a inflação americana para baixo, espe-

cialmente na atual gestão republicana. Mas, além das seqüelas que o sistema bancário americano conheceu internamente, provocou profundos estragos na economia brasileira.

O esforço exportador ampliou o grau de abertura do Brasil para o exterior, atualmente na faixa de 10% do PIB. Mas, deve-se descontar o fato de que o Produto Interno Bruto cresceu modestamente após a crise da dívida. A incerteza quanto ao equacionamento da parcela da renda nacional a ser transferida para o exterior, numa inversão do fluxo receptivo até então, resultou na retração dos investimentos e na aceleração do processo inflacionário.

As conquistas do processo exportador, no entanto, são felizmente irreversíveis. Elas inserem o nosso país na competição internacional e no caminho da modernidade. Está aí a liberalização de uma extensa lista de importações para 1989. Sente-se a firme disposição de transações comerciais e turísticas com câmbio negociado livremente. Isso significa que o país está abrindo, de fato, a sua economia, o que amplia as perspectivas de uma via de duas mãos no comércio exterior.

A implantação desse sistema de mão dupla, com a redução dos megassuperávits comerciais, sem que o Brasil volte a correr o risco de cair na moratória, só será possível, no entanto, se os credores aliviarem a carga dos compromissos externos. Só este ano, entre juros e amortizações, deverão ser remetidos aos credores cerca de US\$ 16,5 bilhões, praticamente o montante do fantástico superávit comercial, previsto em US\$ 19 bilhões.

Os credores — países e bancos — precisam entender a necessidade que tem o Brasil de equacionar a solução de seu endividamento, sob pena de termos de pagar duas vezes pela mesma dívida. Não se deve esquecer o ressentimento nacional ocorrido na Alemanha, por conta das reparações da Primeira Guerra Mundial. Esse ressentimento contra o capital estrangeiro já existe no Brasil, como atestam as restrições da nova Constituição. O presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, que terá como seu principal assessor o ex-secretário do Tesouro, James Baker, pode inaugurar seu governo com um plano liberal de resgate para os devedores. O Brasil, particularmente, não pode atravessar uma década prisioneiro da dívida.